

## Preencher o vazio do Estado

Quase um quarto dos estudantes do ensino superior português frequenta estabelecimentos privados. Isto porque os estatais não chegam para satisfazer a procura. A ausência de oferta de emprego para os jovens sem formação profissional ou superior ajuda também a canalizar os "rejeitados" pelos "numerus clausus" para as novas universidades. Só que verifica-se agora - alguns anos depois da sua criação - o estatuto de tais estabelecimentos e os interesses que pretendem satisfazer ainda não estão definidos.

por **Fernanda Pratas**

Dos cerca de 115 mil estudantes do ensino superior português, 25 mil (21,7 por cento) frequentam estabelecimentos não estatais. É assim que o fenómeno do ensino superior privado, relativamente recente, toma um vulto cada vez maior num sistema que se confronta com graves insuficiências, tanto ao nível da qualidade como da quantidade.

As lacunas que caracterizam aquela não se fazem imediatamente sentir pelo público que delas é vítima — os seus efeitos notam-se apenas quando os formados, já no exercício de uma actividade, mostram graves falhas de formação. E então surgem comissões que pretendem reformar o sistema, numa altura em que as pessoas com deficiente educação escolar estão já, elas próprias, a dar aulas.

A falta de estabelecimentos para satisfazer a procura de formação superior — aspecto da quantidade — assume, no entanto, proporções que desde logo levam aos descontentamento e críticas mordazes por parte das populações em relação ao «Estado».

Deste descontentamento e do cada vez maior desfazamento entre a procura e a oferta nasceu uma tentativa de resposta, que, por sua vez, se foi implantando e requerendo autonomia.

Criado com a oficialização da Universidade Católica, em 1971, o ensino superior privado português foi acrescentado com a Universidade Livre, em 1980. Para além, destas duas universidades, as poucas instituições que ministravam ensino pós-secundário eram apenas qualificadas de «ensino supe-

rior», leccionando cursos de natureza profissionalizante.

Mais recentemente, questões internas na Livre deram origem a uma cisão e à multiplicação dos estabelecimentos de ensino superior privado. Todos eles, afirmam os responsáveis, com o principal objectivo de colmatar a «insuficiência das Universidades estatais».

O estatuto de tais instituições, a sua dinâmica pedagógica e, sobretudo, o papel que assumem e em que sector de actuação social elas mais propriamente se inserem — educativo, económico ou político — são

os aspectos ainda não definidos. Por isso se colocam tantas questões às populações estudantis e não só.

### Quem puxa e quem segue

Quem de direito devia ter uma resposta ainda está a cozinhá-la. «A Comissão de Reforma do Sistema Educativo elaborou e pôs à discussão pública, recentemente, e até ao próximo dia 15, um projecto de estatuto, contando-se que, durante o mês de Abril, possa ser apresentado a Conselho de Ministros», segundo informações obtidas junto do gabinete do secretário de Estado do Ensino Superior.

Tal desfazamento, que remonta como primeiro acontecem as coisas e só depois surgem as leis que as regulamentam, é justificado com «a falta de tradição entre nós deste tipo de ensino a nível superior», levando a que «os sucessivos Governos tivessem hesitado, talvez, na aprovação de um estatuto».

«A expansão do ensino superior particular começou a dar-se muito recentemente e daí que não este-

jam ainda definidas concretamente as regras do seu enquadramento», justifica aquela Secretaria de Estado.

O que há, até agora, limita-se aos princípios gerais do regime jurídico definidos há chamada Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo (Lei n.º 9/79, de 19 de Março) e às regras estabelecidas no Decreto-Lei n.º 100-B/85, de 8 de Abril, diploma que regulamenta processualmente o ensino superior particular.

Mas os estabelecimentos não param de brotar do seio da situação de insuficiência vivida pelo ensino superior público. Além das que surgiram após a cisão da Livre — a Universidade Lusitana (UL) e a Autónoma Luís de Camões (UAL), em Lisboa, e a Portucalense (UP), no Porto — e da Universidade Internacional (UI), cujos responsáveis, antigos professores da Livre, sublinham a sua origem anterior à cisão) todas elas possuidoras de alvará de funcionamento, duas novas Universidades estão para ser criadas. Os seus processos, juntamente com os de onze escolas superiores de educação e vários outros estabelecimentos e cursos, quer a nível de licenciatura quer de bacharelato, estão a ser analisados pela Direcção-Geral do Ensino Superior.

Maria João, presidente da Associação de Estudantes da UAL, da qual um curso (Sociologia) está ainda por aprovar, afirma: «Acho que o Estado deve aprovar e apoiar, pois não tem capacidade para suprir as necessidades — devia até ter um sentimento de culpa em relação a isso».

Algo se inverteu, assim, na ordem das coisas. A entidade que não foi capaz de criar uma oferta sufi-

ciente para fazer face à crescente procura vê-se, agora, obrigada a agir sob a pressão de instituições que, respondendo a essa necessidade, constituem uma oferta nascida de forma espontânea e sem controlo.

### A Autónoma, a Lusitana e a Internacional

A razão fundamental para criação das três mais recentes Universidades privadas de Lisboa prende-se,

segundo os seus secretários-gerais, com a referida e evidente falta de capacidade dos estabelecimentos públicos. Qualquer delas se considera útil, na medida em que suprime carência deixadas em aberto pelo «Estado». Contam este ano, no total, 8400 alunos.

«As estruturas do ensino superior em Portugal são manifestamente insuficientes para atender às exigências educacionais da juventude portuguesa, sobretudo depois de ter sido instituído, no ano de 1977, o regime do 'numerus clausus' nas Universidades públicas, deixando na rua, anualmente, milhares de jovens sequiosos de formação superior», declara o professor Gonçalves Prouença, secretário-geral da UL.

O professor Martins de Carvalho, também integrado no corpo docente da UL e secretário-geral da UI, responde por esta: «As possibilidades materiais e pedagógicas das Universidades existentes (no momento em que foi criada a Internacional) estavam longe de assegurar o ensino a todos que o merecem». Na sua opinião, é impossível que, quando são colocados 100, o candidato que vem em 101.º lugar não mereça ter acesso a forma-

Ensino Particular

ção superior. «Há, pois, que lhe oferecer uma alternativa».

«Sem a nossa Universidade, muitos dos nossos licenciados não teriam tido oportunidade de conseguir uma licenciatura», diz, na mesma linha de justificação, o professor Manuel Damásio, secretário-geral da UAL. Acrescenta que, juntamente com os que o acompanham nesta construção procura «concretizar com a Universidade Autónoma o que não (lhes) foi consentido na Universidade Livre».

Ainda segundo Manuel Damásio, a UAL foi criada «por ter sido desvirtuado, na sua pureza de intenções, o projecto inicial que levou à criação da Universidade Livre, totalmente desprovido de objectivos de lucro, e do qual participámos alguns de nós».

#### Concorrentes com que objectivos?

As questões internas da Livre são apontadas pelos presidentes das associações

de estudantes da UAL e da UL como constituindo a principal origem dos estabelecimentos que hoje frequentam.

«Em 1981 surgiu uma cisão entre os corpos directivos da cooperativa que, em 82/83, passou a sociedade gestora, o que é ilegal». Além desta alteração jurídica, que acarretava a possibilidade de obter lucros, a Livre «violou os 'numerus clausus', admitindo, também nesse ano lectivo, perto de dois mil alunos nas instalações da Vitor Cordon». Estes pormenores são contados por Walter Santos, dirigente associativo da UL.

«Nós aceitamos o desafio de mudar em Portugal o conceito de Universidade privada», diz Maria João, da UAL. Esse conceito não é, segundo ela, o melhor, desde que a Livre «deixou de ser uma cooperativa e passou a sociedade comercial».

A UI coloca-se à margem dessas questões, embora os seus criadores, concretamente o professor Martins de Carvalho, tivessem também feito parte do corpo docente da Livre. «Não temos nenhum professor já licenciado, apesar de alguns lá terem leccionado» — sublinha Rui Ro-

drigues, presidente da AE da UI. Segundo ele, a Universidade que frequenta, com quase quatro anos de existência, surgiu «quando a Livre tinha ainda uma posição saudável», o que não está de acordo com as informações de Walter Santos.

Assim, enquanto a UI tenta demarcar-se das outras duas, através da apresentação de uma origem diversa, a UAL e a UL não estão menos empenhadas em marcar uma forte posição uma relativamente à outra, tentando as respectivas associações de estudantes mostrar que a sua instituição é a melhor alternativa ao projecto falhado da Livre.

Por seu lado, as instalações da Vitor Cordon estão ocupadas pelo que resta da «mãe» das novas instituições, embora elas tenham relutância em reconhecer essa relação, pois a multiplicação teve origem no conflito. E o que ali resta é o IPUL — Instituto de Preparação Pré-Universitária.

Na Rua das Flores e também fazendo parte da actual Universidade Livre de Lisboa, funciona o Instituto Superior de Matemáticas Modernas.

Em 1980, a Livre conseguiu ser oficializada, propondo-se como alternativa. Hoje, são quatro Universidades a pensar no mesmo, embora apresentem outros argumentos (por elas próprias considerados de «segunda ordem») para o seu aparecimento.

Cada uma delas tenta afirmar-se sobre as outras — é neste ponto que apresentam os tais argumentos de segunda ordem — como escassos produtos expostos num mercado onde abunda o apetite. Tudo isto, nas palavras do professor Martins de Carvalho, «por razões altruístas».



Ensino Particular